

NOTAS SOBRE O FAZER DISCURSIVO

NOTES ON DISCURSIVE MAKING

Dylia Lysardo-Dias¹

Resumo: Este texto apresenta algumas reflexões sobre a pesquisa na área dos estudos discursivos, focalizando aspectos cruciais na constituição desse novo “olhar” sobre os fatos de linguagem. As rupturas que a Análise do Discurso operam têm a ver com um questionamento sobre o próprio fazer científico.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Pesquisas em Análise do Discurso; Fazer Científico.

Abstract: This paper aims at showing some reflections on research in discursive studies area, focusing singular aspects in a constitution of an “other” view about language facts. The ruptures which Discourse Analysis operates is concerned to an issue on our own scientific making.

Keywords: Discourse Analysis; Researches in Discourse Analysis; Scientific *Savoir-faire*.

Em uma época na qual o discurso acadêmico repete à exaustão termos como multi-, pluri-, inter- e transdisciplinaridade, todos eles sinalizadores de um contato entre os vários domínios do conhecimento, tem-se a falsa impressão de que vivenciamos, em nossos espaços de ensino e pesquisa, um fácil trânsito entre as áreas, que generosamente estariam dialogando, deixando para trás a comodidade dos regimes disciplinares fixados.

Mesmo nas instituições de ensino superior que aboliram o modelo departamental em favor de uma configuração por eixos temáticos, a divisão tradicional por disciplinas prevalece, seja pela dificuldade de implementar no cotidiano dos cursos ministrados e das pesquisas em realização um intercâmbio efetivo, seja em função das demandas dos órgãos de avaliação e de fomento. A mentalidade interlocutiva demanda um descentramento que contraria tanto o *modus operandi* estabelecido quanto o *ethos* individualista (ou narcisístico) comum na academia e coloca em risco os regimes de

¹ Professora Associada da Universidade Federal de São João Del-Rei. Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas.

poder internos, baseados na edificação do indivíduo-pesquisador. A consequência mais visível para o campo das ciências da linguagem é negligenciar a relevância social dos estudos na área e o inevitável teor político do fazer científico. Tais estudos não integram uma agenda coletivamente construída e comprometida com a ampliação e circulação dos saberes; ao contrário, são pautados por metas de produtividade. É como se as áreas de conhecimento não fossem dinâmicas pela própria ação das pesquisas, que em um movimento auto-reflexivo incidem sobre os quadros teóricos e metodológicos mobilizados e os resultados alcançados.

Uma rápida observação dos títulos dos programas de pós-graduação em Letras, das suas áreas de concentração e das linhas de pesquisa, permite reconhecer alguns deslocamentos efetuados com vistas à criação de cursos de mestrado e doutorado mais compatíveis com o evidente movimento atual da ciência. A questão é o que vem depois, quando o pós-graduado submete-se a editais de concursos públicos que exigem um enquadramento nas compartimentações tradicionais; são ignoradas as contribuições efetivas de uma formação mais holística, mas, nem por isso, menos consistente.

Um caso emblemático é a Linguística Aplicada, que cada vez mais se distancia do restrito estudo das questões diretamente relacionadas ao ensino-aprendizagem da língua para constituir-se como espaço de problematizações interdisciplinares relativas aos múltiplos contextos dos usos da linguagem. A produtiva expansão que hoje a caracteriza ainda suscita desconfiança por parte daqueles que resistem em aceitar outras formas de produção do conhecimento e a dimensão política inerente a essa produção. Não se trata de considerar uma ampliação das fronteiras, mas de vivenciar como essas fronteiras são fluidas, sobretudo quando o que está em jogo é o sujeito social e a natureza sócio-histórica das práticas de linguagem.

Se saber é poder, cada área do conhecimento institucional garante aos que a ela declaram-se pertencer um *status* de reconhecimento e um lugar garantido, tanto na agenda científica, quanto no disputado mapa dos editais de apoio. Nesse mercado acadêmico no qual as áreas têm valor simbólico e mercadológico, a “filiação” do sujeito-pesquisador pode definir os rumos de suas aspirações acadêmicas como um DNA sobredeterminador do futuro das suas aspirações profissionais.

A hierarquização das várias formas de conhecimento subestima umas em

detrimento de outras, deixando entrever valorações excludentes, que dificultam uma visão mais global da realidade por não contemplarem a diversidade da vida social. Tem-se a impressão que as disciplinas são autossuficientes e que o saber não se encontra vinculado ao domínio social.

No caso da Análise do Discurso (AD, doravante), nascida nas ciências da linguagem sob o signo da pluralidade, sua inserção no mundo acadêmico encontrou uma substantiva resistência pelas rupturas que representou ao propor como centro irradiador do estudo dos fatos da linguagem a dinâmica socio-histórica. A existência de diferentes vertentes (cada uma centrada em uma problemática e desenvolvida a partir de um enfoque teórico compatível com o objetivo da pesquisa e todas elas justificáveis pela percepção cada vez mais aguda da linguagem como objeto multifacetado) contribuiu para a desconfiança em relação a uma abordagem no interior dos estudos linguísticos que hoje tem sido adotada de maneira muito produtiva na psicologia e na comunicação social, por exemplo, só para citar algumas áreas.

O engajamento da AD com o conhecimento situado em oposição a uma lógica a-histórica desestabilizou o positivismo vigente. Postular o discurso como elemento constitutivo da vida social colocou o sujeito na ordem do dia e a heterogeneidade como instância balizadora dessa vida. A visão que imperava nos estudos da linguagem foi questionada por excluir algo que se revelou imprescindível: o sujeito e a história.

Da proposta fundadora de uma análise automática do discurso por Michel Pêcheux nos anos 1960-1970 aos dias de hoje, a AD tem delineado sua vocação crítica impondo um modo de interpretação desnaturalizador pelos próprios procedimentos que utiliza ao articular o que é dito à sua situacionalidade. O interesse inicial da AD pelos discursos políticos é emblemático dessa mobilização em torno das circunstâncias mais amplas de emergência dos dizeres. E abre espaço para superar os tradicionais, mas já ineficientes, binarismos que aprisionam a compreensão dos fatos linguísticos ao conteúdo ou à forma, excluindo seus sentidos sociais e, conseqüentemente, excluindo tudo o que diz respeito às implicações ideológicas. Todos esses aspectos têm a sua pertinência e integram as perspectivas de estudo da linguagem em uso.

O termo discurso, com seu sentido mais amplo de efetivo uso da linguagem, é sinalizador de um objeto vivo nos seus modos de funcionamento. A centralidade de pesquisas com *corpora* busca alcançar um padrão de estudos das práticas de linguagem

que possa ampliar a visão desse organismo social sem nenhuma ambição messiânica de desvelar aquilo que para poucos se revelaria. O excesso de termos que fazem referência a categorias muito semelhantes atesta movimentos diversos na compreensão de fatos e acaba convergindo para alguns centros comuns, ainda que gere uma inflação terminológica pouco explicativa. Mas alguns termos-conceitos vão consolidando-se pela validade hermenêutica; outros se mostram meros artifícios retóricos e vão caindo em relativo desuso. É uma rearticulação constante em um campo de estudos cujo engessamento em um quadro de categorias analíticas fatalmente iria contrariar a constitutividade dinâmica do seu objeto-discurso.

A diversidade de referências teóricas oriundas das várias áreas das humanidades, traço igualmente inerente à AD, corre o risco de ser vista pelos olhares desatentos como uma carência de rigor ou como desorganização. Entretanto, é esse trânsito que oxigena os estudos da linguagem por oferecer aparatos conceituais adequados à complexidade da linguagem, opondo-se, assim, ao reducionismo estruturalista que negou tudo que não coubesse em um paradigma formal previamente delimitado.

A contribuição da AD, a meu ver, é instaurar um olhar discursivo, que recusa determinismos e trabalha com a diversidade e as contingências. Dentro dessa perspectiva discursiva, várias “teorias do discurso” têm se desenvolvido, sem que nenhuma delas seja, a priori, mais legítima do que outra. Todas deixam como legado para as ciências da linguagem e para outras áreas quadros teórico-metodológicos voltados para a eventualidade dos atos de linguagem nas suas várias dimensões. É um movimento sem volta porque a ruptura operacionalizada abriu horizontes de pesquisa capazes de dar conta da tensão signo-discurso.

Bases linguísticas dos estudos discursivos

Qualquer que seja a compreensão do modo como o diálogo entre disciplinas integra a abordagem discursiva, a AD funda-se em bases linguísticas, pois lida essencialmente com a materialidade da interação verbal. O avanço que propõe em relação aos modelos até então utilizados consiste em superar a dicotomia interno/externo para apreender uma relação de intercondicionamento entre o que é da ordem do formal, do referencial e do circunstancial. É a interdependência que os move,

ainda que a prática analítica justifique um movimento de separação com a finalidade eminentemente operacional de permitir uma análise mais criteriosa e, conseqüentemente, mais frutífera.

A materialidade emerge no âmbito de certas circunstâncias, igualmente configuradas por modos de dizer inscritos na vida social. Nem adição língua e contexto, muito menos a ideia de um “pano de fundo” para fenômenos da linguagem. A relação é processual e marcada pelo mútuo condicionamento uma vez que o interesse da pesquisa foge do reducionismo imposto pela decodificação de sistemas em favor do estudo da dimensão relacional dos acontecimentos verbais. Os processos de semiotização e simbolização na referencialidade que constroem não se realizam à revelia do exercício ilocucionário, que, por sua vez, está atrelado aos modos de constituição do sujeito, impossibilitando assim deslocar o plano tido como linguístico de um plano atribuído ao que é da ordem do “extralinguístico”. Se, metodologicamente, esses níveis podem ser tomados separados, o processo de análise emerge da intersecção entre eles. Esse é o fundamento que de fato instiga uma outra postura frente aos fatos de linguagem, uma postura crítica por instituir um modo de leitura que contempla as heterogeneidades do dizer.

A tradição de análise formal e de análise textual não é abandonada, mas projetada em termos de efeitos de sentido, o que elimina os estudos meramente interpretativistas, fruto de tipologias associativas, ou a categorização dos fatos da língua com um fim em si mesmo. Os fenômenos morfológicos, sintáticos e semânticos são analisados sob a ótica da discursividade, tendo a descrição linguístico-textual um papel importante no trabalho de decomposição dos “protocolos enunciativos”.

Os conceitos de sujeito e de contexto são produtivos quando fogem da banalização que joga para esses dois aspectos tudo que se refere ao social. Mais que fragmentado, esse sujeito desdobra-se e desloca-se por força dos movimentos pragmático-discursivos. Esse contexto é da ordem da co-construção e envolve uma ressignificação dos fatores sociais e históricos instanciados pela enunciação.

Os estudos discursivos demandam um ajuste entre um rigor científico que não pode descambar para o excesso de segmentação do objeto de análise que dificulte a visão do objeto-discurso como elemento cultural e uma macroanálise que, voltada para os processos históricos, promova uma compreensão da sociedade como elemento

agenciador da língua.

O enunciado é potencializado como evento intersubjetivo de natureza sócio-histórica inscrito em uma gramaticalidade do discurso e não da língua. A linearidade do signo linguístico e as formas textuais são ocorrências pertencentes a certas “ordens” do discurso mais ou menos explicitáveis. Daí a importância dessas ocorrências como forma de acesso a esses ordenamentos culturalmente instituídos. As unidades da língua existem como sistemas significantes no interior de um funcionamento historicamente inscrito.

O sujeito-pesquisador

Aceitar o teor intersubjetivo da enunciação impõe reconhecer o mesmo teor no que se refere às práticas de pesquisa, igualmente tributárias de um sujeito integrado aos saberes e fazeres de uma época e de uma espacialidade. O que significa considerar que uma pesquisa traz em seu bojo o sujeito-pesquisador, autor, mais ou menos confesso, de um conhecimento que ele coproduz e faz circular; sujeito inevitavelmente histórico que capta a realidade da qual faz parte. O modo como atua e operacionaliza procedimentos, mesmo estando em consonância com métodos aos quais se atribui alto grau de objetividade, revela seus valores e o que faz sentido para ele em termos de teorizações e questionamentos. As escolhas subentendidas ao seu agir (objeto de estudo, referencial teórico, quadro metodológico, viés de análise) têm uma razão de ser, ainda que inconsciente, para alguém que, em algum momento, enveredou-se por um caminho (objeto, método, teorias – se é que é possível separar esses três elementos), rejeitando outros possíveis e disponíveis.

Assim, a objetividade de uma pesquisa configura-se a partir da mobilização de mecanismos de objetivação, utilizados justamente para permitir um trabalho que apresente coerência entre o que se objetiva, o caminho de análise e o referencial explicativo. Essa é a função de todo e qualquer procedimento: conferir legibilidade e, por conseguinte, legitimidade a um fazer-saber cuja essência é produzir outras formas de conhecimentos não necessariamente excludentes e, muito menos, superiores às aquelas já difundidas.

Revela-se um posicionamento diante de um objeto que só adquire tal valor pela ótica do analista: não há como não se posicionar, assim como não há posicionamentos neutros. O analista age a partir de um lugar decorrente de seus saberes e experiências; os saberes que utiliza e os que produz são historicamente situados e representam uma intervenção no mundo por apontarem um modo de explicá-lo a partir de um ângulo possível de observação. Pesquisar é uma atividade social relacionada aos *topoi* em evidência que, por sua vez, decorrem de uma visão compatível com dada época. Compatível em termos de continuidade e reafirmação ou em termos de questionamento e subversão de uma ordenação hegemônica.

Os indícios autorais são prementes e não desqualificam o trabalho, que vai sendo delineado na mesma medida em que o é o analista.

Viés cultural

Ao tomar a linguagem nos seus usos efetivos, a AD traz para o âmbito dos estudos linguísticos um paradigma contextualista que enfatiza o teor relacional da vida coletiva. A língua é pensada historicamente, pois: a partir dos modos de agenciamento do sujeito ao tecido social do qual faz parte como elemento integrante. Se há de fato padrões de comportamento socialmente partilhados, eles não se opõem ao que poderia ser tomado como da ordem do “natural”, nem devem ser vistos sob o viés do relativismo cultural. A questão é repensar o papel da linguagem como nos sugere Bakhtin (1979), filósofo russo que não apenas defendeu que a realidade da língua é a interação verbal, como também postulou de forma pioneira a dimensão ideológica do signo linguístico. Suas proposições levaram a uma problematização da linguagem em termos de ocorrência social e inscrição histórica: o enunciado vai ao encontro da enunciação, sua gestora processual sem a qual ele perde a identidade discursiva e a potência significativa.

Esse deslocamento impõe uma lógica de estudos voltados para os movimentos enunciativos que colocam em cena os sujeitos por ela instanciados e os discursos sociais mobilizados. Trata-se de uma abertura para o que há de diverso nas suas regularidades de comportamento partilhado, mas, ao mesmo tempo singular como gesto enunciativo. Os arranjos discursivos interessam por estarem constitutivamente atravessados não por

indivíduos, mas por sujeitos pertencentes a diferentes grupos, em diferentes momentos do seu agir social. Um pertencimento negociado o tempo todo no aqui e agora dos processos intersubjetivos, que colocam os sujeitos diante de diferentes vínculos, sem que um impeça o outro.

A inspiração marxista que move a AD em direção ao sujeito histórico gera um interesse pela linguagem como atividade social e socializadora que comporta tanto o que é comum a certos grupos, como o que é singular no seu interior. A linguagem não é um espelhamento dos padrões culturais, mas ela é em si um elemento que integra esses padrões de ordenamento coletivo.

A análise das práticas de linguagem sob uma perspectiva discursiva e as práticas de análise pautadas pelas teorias do discurso inescapavelmente dizem respeito aos processos culturais, pois abordam os eventos comunicativos na sua dimensão sociocultural.

Considerações finais

O distanciamento dos modelos cognitivistas, descritivistas e essencialistas de estudo da linguagem que a AD instaura ao privilegiar a complexa rede de relações históricas e culturais inerentes à atividade verbal efetiva estabelece uma orientação mais atenta aos novos modos de subjetivação decorrentes da atual complexidade dos organismos sociais. Nem um posicionamento sagrado de revelar jogos ocultos aos quais poucos têm acesso, nem um posicionamento paternalista de indicar as ações que gerem uma transformação social; apenas uma possibilidade de desenvolver uma compreensão não dicotômica das relações natureza-sociedade que podem levar a uma percepção mais atenta da nossa realidade.

Para tanto é preciso integrar conhecimentos diversos, aceitar a variedade epistemológica e praticar a dúvida. Aquela dúvida que nasce da percepção de que todo saber é parcial e não dogmático e que, por isso, instiga o pesquisador a buscar um outro saber que aquele de que dispõe.

Por isso, o questionamento sobre a obsessão em delimitar as fronteiras entre as várias “subáreas” da linguística. Uma obsessão que incomoda por resultar em um loteamento das ciências da linguagem (como se os saberes fossem autônomos e

excludentes) e a um projeto, talvez até inconsciente, de “reserva de mercado” na academia. Se nos cursos de graduação em Letras pode haver uma demanda por disciplinas mais bem demarcadas (para garantir a base de uma formação consistente do futuro professor e/ou pesquisador), na pós-graduação a perspectiva é outra: integrar os saberes a partir de um movimento de *bricolage* capaz de gerar saberes outros, igualmente transportáveis para outros domínios. O paradigma é ditado pelo ineditismo da mobilidade e não pela previsibilidade da solidificação.

Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice B. Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MAZIÈRE, Francine. *Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil e FERREIRA, Dina Maria Martins (Orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Conhecimento prudente para uma via decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 9ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Eneida Maria de. *Tempo de pós-crítica: ensaios*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012.

Recebido em outubro de 2013.
Aceito em novembro de 2013.